

AUTÓGRAFO Nº 96/2018 AO PLO Nº 072/2018

Altera dispositivos da Lei nº 3.458, de 22 de dezembro de 2015, a qual dispõe sobre a política habitacional de interesse social do Município de Gramado e dá outras providências.

Art. 1º O inciso II do art. 10 Lei nº 3.458, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

II – renda familiar mensal não superior a 10 (dez) salários-mínimos;

Art. 2º O *caput* do art. 16 Lei nº 3.458, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16 A regularização fundiária de assentamentos urbanos proceder-se-á na forma do artigo 9º ao artigo 54 da Lei Federal 13465/2017.

Art. 3º O *caput* do art. 33 Lei nº 3.458, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33 – Para famílias de baixa renda, que residem em imóveis localizados em áreas públicas, áreas de risco de desastre ambiental comprovado e/ou interditadas pela Defesa Civil, o Município deverá providenciar a interdição do local e desocupação, inclusive por meio judicial, alocando as respectivas famílias pelo período de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, em residências alugadas através do chamado “aluguel social”, com objeto exclusivo de **moradia**.

Art. 4º O parágrafo 3º do art. 33 Lei nº 3.458, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º – O aluguel social será pago pela Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social e não ultrapassará o valor mensal de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) por família, sendo alcançado diretamente ao beneficiário do aluguel social, para fins exclusivos de moradia, devendo a aplicação do valor ser monitorada pelo Conselho Municipal de Habitação.

Art. 5º O art. 33 Lei nº 3.458, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 7º e 8º, com a seguinte redação:

§ 7º – O aluguel social será reajustado anualmente pelo IGP-M, a partir do mês de abril de cada ano;

§ 8º – A forma de pagamento e documentos necessários para a sua liberação será regulamentado pela Secretaria da Fazenda do Município por meio de decreto devendo nele conter o prazo para o pagamento e a forma de prestação de contas por parte dos beneficiários.

Art. 6º O inciso I do art. 34 Lei nº 3.458, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – renda per capita de meio salário-mínimo ou renda familiar de até 2(dois) salários-mínimos;

Art. 7º O art. 34 Lei nº 3.458, de 22 de dezembro de 2015, passa a vigorar acrescido do parágrafo 8º, com a seguinte redação:

§ 8º – Nos casos de iminente risco estrutural de residências, desde que acompanhado de laudo da defesa civil, fica autorizado ao município proceder na forma do parágrafo anterior.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gramado, 17 de dezembro de 2018.

João Alfredo de Castilhos Bertolucci
Prefeito de Gramado